

# Política de Monitoramento e Avaliação do MCTI

21/09/2012

Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

## Sumário

1.	Introdução .....	2
2.	Objetivos e diretrizes.....	4
3.	Eixos estruturantes.....	6
3.1.	Indicadores Nacionais de C&T .....	6
3.2.	Estatísticas e indicadores sobre as políticas de C&T .....	6
3.3.	Acompanhamento e Avaliação .....	8
4.	A comissão de M&A.....	9
5.	Instrumentos .....	10
5.1.	Plano Anual de Monitoramento e Avaliação .....	10
5.2.	Relatório de execução física/financeira.....	10
5.3.	Relatório anual de avaliação do PPA .....	11
5.4.	Relatórios e Estudos.....	11
5.5.	Indicadores.....	11
5.6.	Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação .....	11
6.	A Plataforma Aquarius.....	11
7.	Estratégia de divulgação.....	14
8.	Referências .....	15

## 1. Introdução

A avaliação e o monitoramento das políticas públicas constituem uma ferramenta indispensável a uma boa prática de gestão pública. Saber até que ponto as políticas públicas alcançam os objetivos pretendidos; se esses objetivos poderiam ter sido alcançados com custos menores; ou ainda, quais os principais obstáculos à eficácia dessas políticas são questões fundamentais na gestão pública e no próprio processo de formulação das políticas públicas.

Cada vez mais esse tipo de atividade vem ganhando relevância nas atividades de governo, nacional e internacionalmente, por várias razões. Em primeiro lugar, pelo fato da avaliação ser uma ferramenta fundamental para a própria gestão pública e por constituir insumo para a formulação e para o aprimoramento das políticas públicas. Em segundo lugar, como forma de dar respostas à sociedade a respeito dos resultados obtidos com a aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, a avaliação é uma peça chave da transparência pública, que não se efetiva apenas por meio da disponibilização de informações para a sociedade, mas também pelo esforço constante de consolidação e análise dessas informações.

Embora seja uma atividade em ascensão, ainda são poucos os órgãos públicos que mantêm programas permanentes e rotineiros de avaliação de suas políticas e ações, e boa parte dos estudos e avaliações de políticas acabam sendo realizados pela comunidade acadêmica interessada no tema. Algumas experiências são particularmente relevantes, tais como: i) a experiência da Embrapa com a elaboração de seus Balanços Sociais<sup>1</sup>; ii) As avaliações do ensino fundamental, médio e superior produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), tais como o IDEB, o ENEM, a Prova Brasil etc; o Ministério da Saúde (MS) com o índice de desempenho do SUS<sup>2</sup> (IDSUS) e com o banco de dados sobre o Sistema Único de Saúde (DATASUS); o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) entre outros. O MDS criou, já na sua formação, uma Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) (Vaitsman and Paes-Sousa 2011) responsável por conduzir o monitoramento e a avaliação dos programas sociais do governo federal<sup>3</sup>. Não se pode esquecer também do processo de avaliação do Plano Plurianual (para detalhes, ver Calmon and Gusso 2009), que teve início em 2000 (muito embora o primeiro PPA seja de 1991). Apesar das dificuldades inerentes a uma avaliação do conjunto das ações do governo federal e que, portanto, engloba áreas muito diversas, esta talvez tenha sido uma das primeiras experiências sistemáticas de avaliação implementadas no governo federal.

---

<sup>1</sup> Disponíveis em [http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/balancos\\_sociais/](http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/balancos_sociais/)

<sup>2</sup> Ver [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id\\_area=1080](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1080)

<sup>3</sup> A experiência do MDS serviu de base para o desenho de vários aspectos da Política de Monitoramento e Avaliação do MCTI, desde a existência de um Plano Anual de Monitoramento e Avaliação até a definição dos tipos de indicadores e análises a serem realizadas.

Do ponto de vista das políticas voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, o número de estudos e avaliações dessas políticas tem aumentado significativamente nos últimos anos, por iniciativa do próprio MCTI e suas entidades vinculadas, tais como o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) assim como de pesquisadores na área e de outras instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O CGEE tem como uma das suas linhas de ação justamente a realização de estudos, análises e avaliações sobre as políticas públicas ligadas à área de C,T&I e tem produzido vários estudos nesse tema, tais como Lima (2004); CGEE (2005) e CGEE (2006), só para citar alguns exemplos<sup>4</sup>. A Secretaria de Política de Informática (SEPIN), recentemente, conduziu uma detalhada avaliação da Lei de Informática<sup>5</sup>. O estudo foi coordenado pelo CGEE e executado pela equipe do Instituto de Geociências da UNICAMP (Salles Filho et al. 2012).

Outro projeto recente de avaliação foi realizado pelo IPEA por solicitação do MCTI. Nesse projeto foi realizado um amplo processo de avaliação dos Fundos Setoriais, no âmbito do qual foram produzidos relatórios sobre diversos aspectos e sobre vários dos Fundos Setoriais<sup>6</sup> (Lemos et al. 2010; De Negri et al. 2009; Moraes 2010; Araújo et al. 2012; Lemos et al. 2009; J. A. De Negri et al. 2010).

Além disso, diversos outros esforços tem sido realizados pelo Ministério no sentido de produzir relatórios, indicadores e avaliações sobre as suas políticas, tanto pelas Secretarias do MCTI (Relatórios da Lei 11.196 e da Lei de Informática) quanto pelas Assessorias da Secretaria Executiva do MCTI (relatórios sobre os Fundos Setoriais, base de dados de projetos apoiados pelos Fundos Setoriais, avaliações das Unidades de Pesquisa do MCTI entre outros). Cabe ressaltar também os esforços de acompanhamento, realizado pela Secretaria Executiva do MCTI, do Plano de Ação em C,T&I (PACTI) no período 2007-2010, que agregou ações do MCTI e de outros Ministérios<sup>7</sup>.

Apesar de esse balanço ser extremamente positivo em termos do volume de estudos produzidos, as atividades de monitoramento e avaliação das políticas de C,T&I no âmbito do MCTI ainda possuem uma série de desafios a serem vencidos.

Em primeiro lugar, é crucial integrar essas atividades dentro de um planejamento sistemático e rotineiro que possibilite dar continuidade ao processo de avaliação das políticas de C,T&I, bem como a troca de experiências entre as diferentes avaliações realizadas. Essa integração possibilitaria ganhos de escopo e de eficiência no processo de avaliação, já que todas as atividades de monitoramento e avaliação poderiam ser

---

<sup>4</sup> Outros estudos podem ser encontrados diretamente em: <http://www.cgee.org.br/index.html>

<sup>5</sup> Estudo disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/336495.html>

<sup>6</sup> Também disponíveis em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/336545.html>

<sup>7</sup> Informações e relatórios sobre o andamento do Plano estão disponíveis em [www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)

debatidas e analisadas conjuntamente pelo Ministério à luz dos estudos já realizados. Integrar todas essas atividades também contribuiria para o estabelecimento de séries históricas e de um efetivo processo de avaliação continuada dentro do Ministério.

Em segundo lugar, para que a avaliação tenha consequências práticas no aprimoramento das políticas existentes, é necessário que os resultados desse processo sejam internalizados e assimilados pelos gestores públicos. Para isso é fundamental a institucionalização de uma política de avaliação continuada com a participação desses gestores. A importância da institucionalização dessas atividades é recorrente na literatura sobre avaliação de políticas públicas, como por exemplo em Bach (2012).

Em terceiro lugar, é importante aprimorar a geração e o tratamento das informações sobre as políticas de C,T&I implementadas pelo Ministério. Não é possível avaliar uma política sem informações completas sobre público alvo, recursos aplicados, público beneficiado, resultados obtidos etc. A integração de sistemas de informação, bem como o tratamento e consolidação dessas informações são cruciais tanto para o processo interno de avaliação das políticas quanto para dar transparência à execução das políticas de C,T&I. Nesse sentido, o sucesso de uma política de avaliação depende em grande medida do comprometimento de todas as áreas e gestores do Ministério com a geração e disponibilização das informações necessárias ao processo de avaliação.

Outro desafio importante diz respeito à capacitação interna e à efetiva participação dos gestores no debate sobre metodologias e resultados do processo de avaliação. Os gestores das políticas implementadas pelo Ministério precisam ter clareza de quais questões pretendem responder em relação às políticas que serão avaliadas, quais os melhores indicadores e metodologias para responder a essas questões e quais informações precisam ser geradas para tanto.

Por fim, e não menos relevante, é a disponibilização para a sociedade tanto das informações e indicadores que embasam o processo de avaliação quanto dos próprios resultados da mesma. O livre acesso às informações é fundamental para que a avaliação não seja feita apenas pelo Ministério ou por sua iniciativa mas que também possa ser realizada por estudantes e pesquisadores ou qualquer pessoa interessada nas políticas públicas de C,T&I.

Foi para fazer frente a esses desafios que o MCTI instituiu, por meio da portaria n. 397 de 05 de junho de 2012, sua Política de Monitoramento e Avaliação, que será descrita nas próximas seções.

## **2. Objetivos e diretrizes**

A Política de Monitoramento e Avaliação do MCTI tem o objetivo de analisar, monitorar e avaliar as políticas, programas e ações executadas ou financiadas pelo

Ministério buscando o seu constante aperfeiçoamento e o alcance de seus objetivos com o menor custo possível. Para isso, será necessário:

- i) Produzir novas estatísticas e indicadores sobre as políticas de C,T&I que expressem, além dos recursos investidos, o perfil do público beneficiado e os resultados obtidos;
- ii) Elaborar, tanto internamente quanto por meio de pesquisadores e instituições independentes, estudos, análises e relatórios sobre as políticas implementadas pelo Ministério;
- iii) Elaborar estudos de linha de base, que são diagnósticos que possibilitem as atividades posteriores de avaliação de uma determinada política.

Atingir esses objetivos é uma tarefa complexa, especialmente na avaliação de políticas científicas e tecnológicas, dada a enorme complexidade dos temas relacionados à C,T&I e ao fato de que seus resultados são, em grande medida intangíveis, pois estão relacionados com a produção de conhecimento. Nesse sentido, Bach (2012), ao discutir as fronteiras da avaliação de políticas públicas da Comissão Europeia nessa área, ressalta a necessidade de usar diferentes abordagens, metodologias e perspectivas, e, conseqüentemente, de implantar qualitativa e quantitativamente formas de avaliação com diferentes métricas.

Dessa maneira, a política de monitoramento e avaliação deve conter um balanço entre abordagens de avaliação sistemáticas aliadas a avaliações exploratórias, de tal forma que os dois tipos de estudos co-existam dentro do sistema de avaliação proposto e que haja uma interação que garanta um ciclo de realimentação entre eles, com estudos exploratórios de hoje fomentando a avaliação sistemática e mais simples de amanhã (Bach 2012).

Para que essa política seja efetiva e se consolide como um processo institucionalizado dentro do Ministério, algumas diretrizes são fundamentais. A diretriz fundamental é que o processo de avaliação deve contribuir para o aprimoramento da gestão pública, fornecendo elementos que contribuam para o aumento da responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade das políticas de ciência, tecnologia e inovação, e para o exercício do controle social sobre as políticas públicas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as atividades de monitoramento e avaliação possuem natureza e objetivos completamente distintos e, portanto, não se confundem com as atividades de fiscalização e auditoria, para as quais já existem instâncias claramente constituídas.

Outra diretriz importante, expressa na portaria que instituiu a política, é que a formulação das políticas deve contemplar a necessidade de monitoramento e avaliação e, dessa forma, viabilizar os meios necessários para a sua realização, quais sejam, informações, dados e recursos necessários para o processo de avaliação.

Do ponto de vista organizacional, a definição e execução das atividades de monitoramento e avaliação são pautadas pelos princípios de cooperação, articulação e integração entre o MCTI, suas Agências e Unidades Vinculadas. Essa articulação ensejou a criação da principal instância responsável pela condução da Política, que é a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação, que será descrita abaixo.

### 3. Eixos estruturantes

Para alcançar os objetivos propostos pela Política de Monitoramento e Avaliação, ela está estruturada em três eixos principais, quais sejam:

#### 3.1. Indicadores Nacionais de C&T

Ninguém discorda que o objetivo último das políticas de C,T&I é melhorar o desempenho do país em termos de sua produção científica, tecnológica e de inovação e, com isso, contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse sentido, é razoável esperar que políticas científicas e tecnológicas bem sucedidas, *ceteris paribus*, contribuam para a melhoria desses indicadores. É claro que o papel das políticas de C,T&I é mediado por uma série de outros fatores, macro e microeconômicos, que afetam este desempenho.

De qualquer forma, é fundamental que o MCTI esteja constantemente produzindo, atualizando e reformulando os macro-indicadores que atualmente produz sobre o sistema nacional de C,T&I. São esses indicadores que irão mostrar se o país está sendo bem sucedido no processo de desenvolvimento científico e tecnológico que as políticas públicas pretendem estimular.

#### 3.2. Estatísticas e indicadores sobre as políticas de C&T

Como já foi ressaltado, um dos principais desafios para a política de monitoramento e avaliação do MCTI é a produção consistente de informações e indicadores sobre suas políticas, sobre quem está sendo beneficiado por elas e quais resultados vêm sendo obtidos.

Nesse quesito, é fundamental ressaltar o papel da Plataforma Aquarius (que será descrita mais adiante neste documento) na geração, consolidação e divulgação de informações estratégicas sobre o ambiente nacional de C,T&I.

Esse tipo de informações e indicadores são, por definição, mais próximos das políticas de C,T&I e mais adequados para mensurar seus efeitos, já que não são mediados por tantos outros fatores como os macro-indicadores de C&T. Podemos agrupar essas informações em três grupos (Quadro 1):

**Quadro 1. Informações e indicadores sobre as Políticas de C,T&I**

Grupos de indicadores	Tipo de informação	Principais Fontes de Informação*	Foco
<b>Indicadores básicos de monitoramento</b>	Execução física e financeira Restrições (obstáculos)	SigMCT <sup>(1)</sup>	Implementação / execução
<b>Indicadores de recursos e público apoiado</b>	Tipo de investimento Número e perfil dos beneficiários (setor, tamanho etc..)	SIAFI <sup>(2)</sup> RAIS (MTE) <sup>(3)</sup> IBGE Plataforma Aquarius	Destinação dos recursos
<b>Indicadores de resultado</b>	Patentes Investimentos em P&D Publicações Emprego Exportações	INPI IBGE RAIS Plataforma LATTES	Resultados das políticas

\*Esses são apenas alguns exemplos das fontes de informação que podem ser utilizadas.

<sup>(1)</sup> Sistema de informações gerenciais do MCTI; <sup>(2)</sup> Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal; <sup>(3)</sup> Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho.

- a) **Indicadores básicos de monitoramento**, que são aqueles indicadores relacionados com a execução física e financeira das ações do Ministério e cujo foco está na implementação da política. Esses indicadores procuram responder se a política está efetivamente sendo executada a contento e não se ela está tendo os efeitos pretendidos.
- b) **Indicadores sobre recursos investidos e público apoiado**, que são indicadores mais abrangentes sobre o tipo de investimento realizado e sobre o perfil do público atingido pelas políticas. O foco desse tipo de informação é a destinação dos recursos públicos. Em outras palavras, essas informações não se prestam a analisar a execução da política em tempo real nem tampouco os resultados obtidos. Entretanto, são elemento essencial para a análise de resultados e, especialmente, são essas informações que dirão se a política está alcançando o público-alvo que efetivamente deveria alcançar.
- c) **Indicadores de resultado**, que são aqueles relativos aos resultados efetivamente obtidos pelos beneficiários das políticas públicas de C,T&I,

tais como: patentes, publicações ou inovações produzidas, investimentos em P&D realizados pelas empresas apoiadas entre outros indicadores de desempenho que podem contribuir para aferir os impactos da política de C,T&I.

### 3.3. Acompanhamento e Avaliação

Por fim, o terceiro eixo no qual está estruturada a Política de Monitoramento e Avaliação trata da elaboração de relatórios, análises e estudos para avaliação de resultado ou impactos das políticas públicas de C,T&I. Este eixo contempla, portanto, uma série de atividades, entre as quais:

- a) **Monitoramento gerencial**, que são atividades fortemente baseadas na análise da execução física/financeira das políticas e cujo objetivo é monitorar o processo de execução e implementação das mesmas. Esse tipo de análise está fortemente baseado nos indicadores básicos de monitoramento.
- b) **Monitoramento analítico**, que consiste no “exercício sistemático de análise de indicadores representativos dos fluxos de desembolsos financeiros, de realização de atividades-meio, de entrega de produtos e de inferência de resultados dos programas junto a seus públicos-alvo” (Jannuzzi 2011). O principal insumo para a realização dessas análises serão os indicadores sobre recursos investidos e público apoiado.
- c) **Avaliações de resultado/impactos** das políticas, que são análises aprofundadas sobre a efetividade das políticas públicas de C,T&I e que visam avaliar até que ponto essas políticas estão obtendo os resultados esperados.
- d) **Estudos de linha de base**. A realização de algumas avaliações carece de informações sobre o estado atual que se pretende modificar com a política a ser avaliada. Ou seja, é preciso realizar um estudo exploratório inicial que garanta a produção de informações necessárias para a posterior avaliação dos resultados das políticas, esses são os estudos de linha de base que, basicamente, pretendem constituir bases de informações sobre temas de interesse das políticas de C,T&I.

Importante ressaltar que boa parte das atividades descritas até agora, como a consolidação de informações e elaboração de indicadores são tarefas inerentes ao próprio Ministério. Da mesma forma, a elaboração de relatórios de monitoramento gerenciais e analíticos pode ser, em grande medida, realizada internamente ao MCTI. A mesma lógica não se aplica, entretanto, a todos os estudos voltados à avaliação de resultados e impactos. Nesse tipo de atividade, é fundamental um olhar externo sobre a política, não comprometido com aquela política que está sendo avaliada. Nesse sentido, é fundamental a parceria com pesquisadores e instituições de pesquisa

externos ao MCTI para que o processo de avaliação seja o mais imparcial possível. A articulação com uma rede de pesquisadores e instituições voltadas ao tema da avaliação das políticas de C,T&I é, portanto, orientação fundamental da Política de Monitoramento e Avaliação.

#### **4. A comissão de M&A**

A Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação é o órgão colegiado responsável pela execução da Política de Monitoramento e Avaliação. Essa Comissão é integrada por representantes das várias Secretarias e Agências vinculadas ao Ministério e coordenada pela Assessoria de Acompanhamento e Avaliação, unidade subordinada à Secretaria Executiva do Ministério.

A Comissão será responsável por uma série de atividades inerentes à Política de Monitoramento e Avaliação do MCTI, expressas na portaria n. 397 do MCTI, entre as quais vale citar:

- i) Levantar as demandas de avaliação por parte do MCTI, seus Órgãos e Entidades Vinculadas e, a partir delas, elaborar e garantir a execução do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação, juntamente com a Assessoria de Acompanhamento e Avaliação;
- ii) Identificar parceiros que possam colaborar com os processos de avaliação bem como levantar as informações necessárias para a execução das atividades previstas no Plano.
- iii) Propor diretrizes de disseminação e divulgação dos resultados da Política de Monitoramento e Avaliação;
- iv) Propor ações, medidas e recomendações que possam sanar os eventuais gargalos identificados no processo de monitoramento e avaliação e propor ações de capacitação em Monitoramento e Avaliação.

Além disso, os representantes das Secretarias e Agências do MCTI que compõem a Comissão serão os interlocutores entre as atividades de monitoramento e avaliação e os gestores das políticas do Ministério nas suas respectivas áreas. Nesse sentido, eles serão facilitadores tanto para o levantamento das informações necessárias ao processo de avaliação quanto na realimentação dos gestores com o resultado deste processo. Também serão eles responsáveis, como parte da Comissão permanente, em identificar as fontes de recursos – financeiros, humanos e informacionais – necessários à execução do Plano Anual.

## 5. Instrumentos

A Política de Monitoramento e Avaliação prevê uma série de instrumentos – informações, relatórios, estudos etc – que podem ser utilizados no processo de monitoramento e avaliação do Ministério. Entretanto, ela não torna obrigatória a utilização desses instrumentos nem estabelece uma periodicidade definida para cada um deles, exceto em casos legalmente estabelecidos, como no relatório anual de avaliação do PPA. O objetivo deste desenho é dar algum grau de flexibilidade à Comissão Permanente para definir quais serão os instrumentos que efetivamente serão utilizados a cada ano – bem como a periodicidade pela qual eles serão utilizados – no momento da elaboração do Plano Anual, este sim com periodicidade definida.

### 5.1. Plano Anual de Monitoramento e Avaliação

O Plano Anual de Monitoramento e Avaliação (este documento) é o documento que irá nortear as atividades de monitoramento e avaliação do MCTI. Para isso, ele deverá indicar quais as políticas, programas e ações que serão priorizados para a avaliação e estabelecer as atividades a serem desenvolvidas no ano subsequente.

O plano também deverá indicar, para cada uma das atividades previstas, prazos, produtos, metodologias possíveis e recursos necessários para sua execução, além de identificar as avaliações e estudos já realizados sobre o tema. Além disso, também deverá propor a forma como os resultados das atividades de avaliação serão disseminadas dentro do órgão e para a sociedade.

Este plano deverá ser aprovado pelo Ministro de Estado e pelos seus secretários e divulgado até dezembro de cada ano.

### 5.2. Relatório de execução física/financeira

O Relatório de execução física/financeira é elaborado a partir dos dados da execução do orçamento anual das ações do MCTI. Os dados da execução orçamentário-financeira têm como fonte o SIAFI, já os dados da execução física e ou possíveis restrições existentes são extraídos do SIGMCT cujas informações são inseridas pelo Coordenador de Ação ou Coordenador-executivo da ação.

Este relatório apresenta um retrato da implementação das ações finalísticas sob a responsabilidade do Ministério no ano anterior, permitindo identificar o valor orçamentário previsto e suas alterações, o valor empenhado, o valor liquidado e o valor pago. Já a execução das metas físicas indica o maior ou menor quantidade de produtos e/ou serviços entregues à sociedade. O relatório deverá ser acompanhado de breve nota metodológica sobre a sua elaboração.

### **5.3. Relatório anual de avaliação do PPA**

O Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA é uma obrigação legal desde o PPA 2000-2003 e seu envio ao Congresso Nacional é previsto em lei. O processo é coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que traça as diretrizes, indica a metodologia e define o escopo da Avaliação.

Esse relatório visa dar transparência não só a alocação de recursos, mas os resultados alcançadas e os obstáculos enfrentados pelos gestores na implementação das políticas públicas por meio dos programas. O Relatório Anual de Avaliação do PPA tem sido utilizado também para orientar a atuação dos órgãos de controle interno e externo. Na ótica do Ministério do Planejamento, a avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

### **5.4. Relatórios e Estudos**

Relatórios e estudos irão compor a maior parte dos produtos oriundos da Política de M&A e devem, no caso dos estudos, responder a questões específicas a partir de metodologias apropriadas.

Também se incluem aí os relatórios anuais de avaliação que o MCTI legalmente é obrigado a produzir, tal como o relatório da Lei de informática e da lei 11.196 (lei do bem) e os relatórios anuais de avaliação do PPA.

### **5.5. Indicadores**

Estes são insumos indispensáveis ao processo de avaliação e, entre eles, estão todos aqueles descritos na seção 1.1 (quadro 1) deste documento.

A elaboração e disponibilização dos mais variados indicadores sobre as políticas do MCTI também será uma atividade prevista no Plano Anual.

### **5.6. Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação**

O Relatório Anual é o instrumento que irá divulgar o andamento e os resultados das atividades de avaliação realizadas no ano anterior.

## **6. A Plataforma Aquarius**

O objetivo da Plataforma Aquarius é ser um instrumento de governança pública, apoiando o processo de modernização e dinamização da gestão estratégica do MCTI com instrumentos que garantam maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I.

É fruto da filosofia e princípios de gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que se baseiam em:

- Transparência para o governo e para a sociedade na elaboração e execução de políticas, programas e ações estratégicas em Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Eficiência e eficácia na administração, alinhadas com as principais políticas de CT&I.
- Uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para permitir maior controle social e facilitar modelos de gestão compartilhada.

O Projeto Aquarius visa ao desenvolvimento de uma plataforma de integração de dados e sistemas, com filosofia de interoperabilidade, estruturada em quatro eixos principais com o objetivo de construir um painel de conhecimento integrado para uso gerencial.

O primeiro eixo tem como meta a implantação de gestão por processos no MCTI, com objetivo de modernizar a gestão, melhorar a qualidade dos dados gerados pelos procedimentos operacionais do Ministério e para permitir que as ações administrativas tenham acompanhamento naturalmente sincronizado com sua execução. Para tanto, pretende-se modelar e automatizar os principais processos do Ministério. Entre esses processos, podemos citar:

- Processo de Concessão de Incentivos da Lei de Informática (SEPIN);
- Processo de inclusão de modelos (SEPIN);
- Processo de Acompanhamento dos Relatórios Demonstrativos Anuais (SEPIN);
- Processo de Planejamento de Compras (SEXEC);
- Processo de seleção de fornecedores (SEXEC);
- Processo de gestão de contratos (SEXEC);
- Processo de gestão da Lei de Acesso à Informação (SEXEC);
- Convênios etc.

O segundo eixo tem por objetivo a integração das informações administrativas existentes nos sistemas de informação do Ministério e de suas unidades e a integração com o Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (CGU) para a produção de painéis de conhecimento e de gestão. Entre os painéis que poderão acessados pelo público em geral na página da Plataforma, estão:

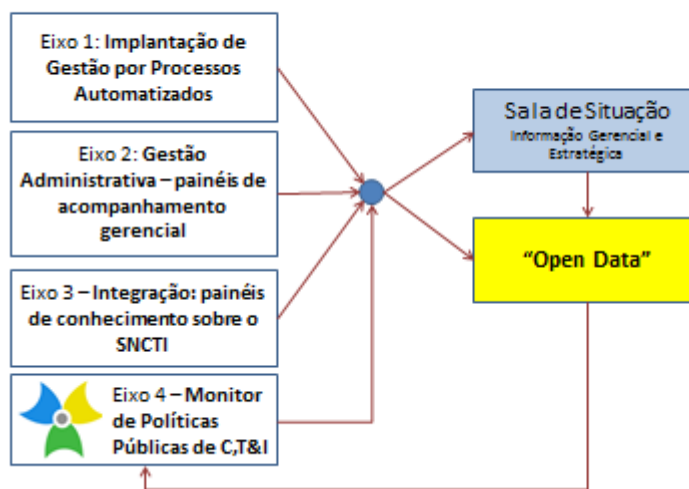
- Informações sobre dispêndios realizados pelo MCTI;
- Informações sobre fundos setoriais.
- Informações sobre convênios
- Diárias e passagens, entre outros.

O terceiro eixo pretende integrar as informações existentes em sistemas nacionais relativos à CT&I pertencentes a outras instituições com atividades relacionadas ao tema. Como exemplo, podemos citar um painel com informações sobre bolsas e sobre produção científica. Também está prevista a criação de painel sobre os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT).

O quarto eixo visa subsidiar a própria política de Monitoramento e Avaliação do MCTI buscando o aprimoramento dessa política. Pretende também contribuir com a produção e consolidação de novos indicadores e informações sobre as políticas de C,T&I, descritas na seção 1.1. O resultado visível desse eixo é o Monitor de Políticas Públicas de C,T&I, mantido pela Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do MCTI, que visa dar divulgação ao processo e aos resultados da avaliação de políticas do MCTI.

As informações dos quatro eixos estruturantes do Projeto serão exibidas de forma integrada em uma sala virtual pública e no formato de dados abertos (open data), conforme esquema da Figura 1. Considera-se esta a maneira mais adequada de permitir que a sociedade civil e os órgãos de controle externo acompanhem todos os aspectos da gestão do MCTI.

### Esquema Geral do Projeto



**Figura 1 - Desenho esquemático dos eixos da plataforma Aquarius**

A oferta de dados abertos será feita em harmonia com as iniciativas em andamento no país, principalmente as que estão relacionadas à construção da INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), permitindo que a sociedade civil, a partir do acesso aos dados em estrutura aberta, também possa construir seus próprios mecanismos de análise e acompanhamento da gestão, sem depender dos recortes específicos apresentados na sala de situação ou nos portais do MCTI.

Esta vertente do Projeto Plataforma Aquarius qualificou-o a integrar a proposta brasileira no âmbito do Open Government Partnership (OGP), iniciativa internacional, presidida no momento pelos Estados Unidos e pelo Brasil, que congrega as propostas de diversos países no sentido de apresentar ações de construção de transparência de seus governos.

## 7. Estratégia de divulgação

Tão relevante quanto a implementação de uma política consistente destinada ao Monitoramento e à Avaliação das ações em C,T&I é a transparência e a publicidade dessa política. Para que as atividades de avaliação tenham efeito e redundem em aprimoramentos da política pública e da gestão governamental, é fundamental que os resultados dessas avaliações sejam divulgados, tanto interna quanto externamente ao MCTI.

Nesse sentido, o primeiro passo da divulgação dos resultados da avaliação deve passar pela realização de debates internos ao Ministério com os gestores das políticas avaliadas. Essa é uma etapa que deve preceder a divulgação externa, até mesmo para que os resultados sejam validados e incorporados pelos gestores.

Num segundo momento, é essencial que esses resultados sejam disponibilizados para os demais agentes públicos e para a sociedade, de modo geral, para que todos possam acompanhar os avanços e os desafios das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Essas avaliações, especialmente as realizadas por parceiros externos, devem ser assinadas, respeitando a autoria das mesmas, exceto no caso de relatórios institucionais de monitoramento que, tradicionalmente, são elaborados pelo próprio Ministério.

Além da divulgação dos resultados da avaliação, e talvez mais fundamental ainda, é necessário divulgar periodicamente e sistematicamente, todas as informações disponíveis sobre as Políticas, Programas e Ações do Ministério e todos os indicadores elaborados no curso do processo de avaliação. Esse é um aspecto fundamental, pois possibilita que qualquer pessoa tenha acesso às informações necessárias para realizar a avaliação e o monitoramento de qualquer ação, programa ou política implementada pelo MCTI. Além das informações já disponíveis no Portal da Transparência e em outros sistemas de governo, é fundamental que tanto indicadores consolidados como informações brutas (desde que não sigilosas) sejam abertas à sociedade para que ela mesma possa avaliar, acompanhar e monitorar os resultados das políticas públicas de C,T&I. Nesse sentido, a Plataforma Aquarius desempenhará um papel importantíssimo na consolidação e na transparência das informações do Ministério.

A divulgação dos resultados das avaliações e das informações disponíveis deverá ser feita de diversas formas:

1. Pelo portal do MCTI, no site do Monitor de Políticas de C,T&I, que é o espaço dedicado à divulgação de todas as atividades e informações sobre monitoramento e avaliação no portal do MCTI, no endereço: [www.mcti.gov.br/monitor](http://www.mcti.gov.br/monitor)
2. Na forma de publicações impressas
3. Por meio de eventos, seminários, congressos e workshops destinados a debater os resultados obtidos pelas atividades de avaliação realizadas pelo MCTI.
4. Por meio do portal da Plataforma Aquarius (<http://aquarius.mcti.gov.br>).

## 8. Referências

- Araújo, B.C., D. Pianto, F. De Negri, L.R. Cavalcante, and P. Alves. 2012. "Impactos Dos Fundos Setoriais Nas Empresas." *RBI-Revista Brasileira De Inovação* 11: 85–112.
- Bach, L. 2012. "The Frontiers of Evaluation: Some Considerations on the European Case As Fronteiras Da Avaliação: Algumas Considerações Sobre o Caso Europeu." *RBI-Revista Brasileira De Inovação* 11: 67–84.
- Calmon, K.M.N., and D.A. Gusso. 2009. "A Experiência De Avaliação Do Plano Plurianual (PPA) Do Governo Federal No Brasil." *Planejamento e Políticas Públicas* (25).
- CGEE. 2005. *Avaliação De Aderência De Fundos Setoriais*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- . 2006. *Metodologia De Avaliação De Resultados e Impactos Dos Fundos Setoriais*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- Cozzens, S.E. 2012. "Frontiers of Evaluation: United States Fronteiras Da Avaliação: Estados Unidos." *RBI-Revista Brasileira De Inovação* 11: 47–66.
- Jannuzzi, P.M. 2011. "MONITORAMENTO ANALÍTICO COMO FERRAMENTA PARA APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS." *Revista Brasileira De Monitoramento e Avaliação* (1): 36–65.
- Lemos, M.B., J.A. De Negri, L.C. Ribeiro, R.M. Ruiz, and E. M. Albuquerque. 2009. *Fundos Setoriais e Sistema Nacional De Inovação: Uma Avaliação Exploratória*. Brasília: IPEA e UFMG.  
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/336545.html#lista>.
- . 2010. *Contribuição Dos Fundos Setoriais Para a Mudança Na Base Tecnológica Do País*. Brasília: IPEA e UFMG.  
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/336545.html#lista>.
- Lima, N. P. C. 2004. *Avaliação Das Ações De Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I): Reflexões Sobre Métodos e Práticas*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- Morais, J.M. 2010. *Os Fundos Setoriais e as Tendências Recentes Dos Programas De Subvenção Econômica Às Empresas Na FINEP*. Brasília: IPEA e UFMG.  
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/336545.html#lista>.
- De Negri, F., P.F. Alves, L.C. Kubota, L.R. Cavalcante, and E. C. Damasceno. 2009. *Perfil Das Empresas Integradas Ao Sistema Federal De C,T&I No Brasil e Aos Fundos Setoriais: Uma Análise Exploratória*. Brasília: IPEA e UFMG.  
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/336545.html#lista>.

- 
- De Negri, J.A., F. De Negri, M.B. Lemos, R.M. Ruiz, and P.F. Alves. 2010. *O FNDCT e o Núcleo Da Indústria Brasileira*. Brasília: IPEA e UFMG. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/336545.html#lista>.
- Salles Filho, S., G. Stefanuto, C. Mattos, C. Zeitoum, and F. Campos. 2012. “Avaliação De Impactos Da Lei De Informática: Uma Análise Da Política Industrial e De Incentivo à Inovação No Setor De TICs Brasileiro.” *RBI-Revista Brasileira De Inovação* 11: 191–218.
- Vaitsman, J., and R. Paes-Sousa. 2011. “Avaliação De Programas e Profissionalização Da Gestão Pública.” *Revista Brasileira De Monitoramento e Avaliação* (1): 18–35.